

Num mundo de mudanças constantes e aceleradas, reinam a confusão e a preocupação. Pessoas de todos os países se perguntam: o fato de os Estados Unidos terem passado repentinamente de uma política de consenso a uma política de coerção no cenário mundial é indício de fraqueza ou de força? O que de fato motivou a guerra no Iraque? Foi tudo uma questão de petróleo ou, se não foi, o que mais havia? Qual o papel da desaceleração econômica como catalisador das aventuras externas dos EUA e que diferença faz a presença no poder dos neoconservadores em substituição aos neoliberais? Qual é exatamente a relação entre o militarismo norte-americano no exterior e a política doméstica?

Eis as interrogações a que responde este livro convincente e original. Aliando uma sólida argumentação a uma linguagem clara, David Harvey, um dos mais renomados teóricos sociais de sua geração, constrói um rico quadro conceptual para expor as forças jacentes nessas momentosas mudanças das políticas, e da política, norte-americanas. São desnudadas à vista de todos, pela primeira vez, as compulsões que estão na base da projeção atual do poder dos Estados Unidos no mundo como um "novo imperialismo". Obra de síntese do trabalho sério e engajado de toda uma vida, *O novo imperialismo* é indispensável à compreensão dos dramáticos eventos que têm abalado o mundo nos últimos anos, bem como do rumo que podem ou não vir a tomar.

O NOVO IMPERIALISMO

tações particulares e chegar a conclusões que muito podem diferir das minhas. E assim deve ser. Há em nossos dias muito em jogo, e é vital o debate aberto para chegarmos a entender em que ponto estamos e como melhor prosseguir.

As forças motrizes que identifiquei têm por outro lado raízes tão profundamente fincadas que tornam duvidoso o grau até o qual a mudança de regime em Washington, que pode ocorrer em janeiro de 2005, tem condições de promover uma mudança radical de curso. O navio-Estado norte-americano, à semelhança dos desmesurados navios-tanques transoceânicos que levam tamanha quantidade de petróleo aos portos dos Estados Unidos, tem grande dificuldade de mudar de curso, para não mencionar revertê-lo, ainda que, como afirmo controversamente, haja indícios de que ruma para os rochedos. Há um limite ao que é possível no âmbito dos campos de força em interseção da política doméstica dos Estados Unidos, da tradição imperial norte-americana e da dinâmica político-econômica do capitalismo global. A existência dessas condições limitadoras é uma questão que, como se diz que o rei Carlos I da Inglaterra observou a caminho da execução, não pode deixar de “ocupar a mente de modo prodigioso”. Infelizmente, demasiadas pessoas dão preferência à negação. Espero ir além da polêmica (por mais bem construída que seja ela) e dedicar-me a uma discussão crítica de futuros político-econômicos alternativos à luz das múltiplas restrições hoje existentes. A julgar pelas reações de leitores e pelas inúmeras traduções de *O novo imperialismo* em andamento em vários países, há ao redor do mundo muitas pessoas prontas a entabular esse debate.

1

Tudo por causa do petróleo

Meu objetivo é examinar a atual condição do capitalismo global e o papel que um “novo” imperialismo poderia estar desempenhando em seu âmbito. Faço-o da perspectiva da longa *durée*¹ e pelas lentes daquilo que chamo de materialismo histórico-geográfico. Empenho-me em desvelar algumas das transformações mais profundas que ocorrem sob toda a turbulência e volatilidade de superfície e, dessa maneira, em abrir um terreno de debate acerca de como melhor interpretar nossa atual situação e reagir a ela.

A *durée* mais longa que qualquer de nós pode de fato vivenciar é a de uma vida. A primeira idéia que fiz do mundo se formou durante a Segunda Guerra Mundial e dos eventos imediatos que a ela se seguiram. Na época, a idéia do Império Britânico ainda tinha ressonância e sentido. O mundo me parecia aberto porque muitos espaços do mapa-múndi estavam coloridos de vermelho, marcando um império sobre o qual o sol nunca se punha. Se me fosse necessária alguma prova adicional de propriedade, eu poderia me voltar para minha coleção de selos — a efígie do monarca britânico estava em selos da Índia, de Sarawak, da Rodésia, de Nyasaland, da Nigéria, do Ceilão, da Jamaica... Não obstante, logo tive de reconhecer que o poder britânico estava em declínio. O império estava ruindo com rapidez alarmante. A Grã-Bretanha cedera o poder global aos

1. Duração. Em francês no original. (N.T.)

Estados Unidos, e o mapa do mundo começava a mudar de cor à medida que avançava a descolonização. Os eventos traumáticos da independência e da divisão da Índia em 1947 assinalavam o começo do fim. Fui levado a compreender no início que o trauma era um exemplo típico do que acontece quando o regime britânico “sensível” e “justo” é substituído pelas irracionais paixões nativas e reversões a antigos preconceitos (um arcabouço de compreensão do mundo que não era nem é restrito à Grã-Bretanha e que tem exibido notável durabilidade). Não obstante, com o endurecimento das lutas de descolonização, o lado mais sórdido e perverso do regime imperial tornou-se mais evidente. Isso culminou, para mim e muitos outros de minha geração, na tentativa anglo-francesa de retomar o Canal de Suez em 1956. Na época, foram os Estados Unidos que repreenderam vigorosamente a Inglaterra e a França por terem recorrido à guerra para derrubar um líder árabe, Gamal-Abdel Nasser, que, aos olhos ocidentais, era tão ameaçador e “malévolo” quanto se diz ser Saddam Hussein hoje. Dwight Eisenhower preferia a contenção pacífica à guerra, e é justo dizer que a reputação global dos Estados Unidos em termos de liderança se elevou precisamente enquanto a da Inglaterra e a da França caíam vertiginosamente. Depois de Suez, julguei difícil negar o lado pérfido de um imperialismo abertamente auto-interessado e que desaparecia com rapidez, mas distintivamente britânico.

As coisas se afiguraram bem distintas para um jovem estudante do Bronx que veio para Oxford no início dos anos 1960. Marshall Berman lembra que não podia suportar os “lânguidos jovens que pareciam figurantes de *Brideshead Revisited*², que se arrastavam para cima e para baixo envergando trajes a rigor (que na maioria das vezes davam a impressão de que os usuários tinham dormido sobre eles), vegetando enquanto seus pais eram donos do Império Britânico e do mundo. Ou ao menos agiam como se os pais fossem donos do mundo. Eu sabia em que grau isso não passava de uma cena: o Império estava *kaput*³; os filhos de sua classe dirigente estavam vivendo com recursos de fundos de pensão cujo valor decaía a cada ano, assim como herdando empresas que estavam falindo... eu pelo menos sabia que estava ascendendo no mundo”⁴. Imagino como ele se sente agora, com todas essas empresas “dot.com”⁵ falidas atravan-

2. Romance clássico de Evelyn Waugh, adaptado para a televisão e para o cinema. (N.T.)

3. Em declínio. Em alemão no original. (N.T.)

4. M. BERMAN, “Justice/Just Us: Rap and Social Justice in America”, in A. MERRIFIELD, E. SWYNGEDOUW (orgs.), *The Urbanization of Injustice*, New York, New York University Press, 1997, 148.

5. Empresas virtuais. (N.T.)

cando a paisagem norte-americana, os escândalos financeiros, o catastrófico declínio dos mercados de ações, que destruiu boa parcela dos direitos de pensão de todos, e com súbitas alegações beligerantes, cujo exemplo mais notável foi a capa da revista *New York Times* de 5 de janeiro de 2003: “Império Norte-americano: Acostume-se com ele”⁶. Para mim, é ligeiramente estranho ter tido consciência do mundo no instante em que um império acabava de chegar à idade da aposentadoria num momento de semelhantes proclamações públicas do nascimento oficial de outro.

Michael Ignatieff, autor da matéria do *New York Times*, reitera vigorosamente uma afirmação anterior (também constante da revista *New York Times*, edição de 28 de julho de 2002) segundo a qual “toda a guerra norte-americana ao terror é um exercício de imperialismo. Isso talvez choque os norte-americanos, que não gostam de conceber seu país como um império. Mas que outro nome podemos dar às legiões norte-americanas de soldados, de agentes secretos e de forças especiais espalhadas pelo globo?”. Os Estados Unidos já não podem favorecer a versão “leve” do império ou esperar praticá-lo sem custos, alega ele. O país deve estar preparado para assumir um papel mais sério e mais permanente, para manter-se presente a longo prazo a fim de concretizar grandes objetivos de transformação. É relevante que semelhante publicação integrada ao sistema dê tamanha proeminência à idéia do Império Americano. Ignatieff não está sozinho nessas afirmações. Max Boot, redator do *Wall Street Journal*, é de opinião que “certa dose de imperialismo norte-americano pode ser a melhor resposta ao terrorismo”. A América tem de ser mais expansiva, alega ele: “O Afeganistão e outras terras perturbadas clamam hoje pelo tipo de administração externa esclarecida um dia proporcionada por ingleses autoconfiantes que usavam *jodhpurs*⁷ e capacete”. Com suas grandes tradições imperiais tão nostalgicamente descritas, os ingleses também entraram na cena. O historiador conservador Niall Ferguson (de quem a série de TV e o livro que a acompanha documentam, num adequado tom patriótico, não só as façanhas heróicas dos construtores ingleses do império como também a paz, a prosperidade e o bem-estar que esse império supostamente conferiu ao mundo) aconselha que os Estados Unidos reforcem sua decisão, despendam os recursos necessários e “façam a

6. M. IGNATIEFF, “The Burden”, *New York Times*, 5 de janeiro de 2003, Sunday Magazine, 22-54, reed. como “Empire Lite”, in *Prospect*, fevereiro de 2003, 36-43. Ver também ID., “How to Keep Afghanistan from Falling Apart: The Case for a Committed American Imperialism”, *New York Times*, 26 de julho de 2002, Sunday Magazine, 26-58.

7. Roupas de montaria. (N.T.)

transição de império informal para império formal”. Muitos hoje afirmam que um “novo imperialismo” já está em ação, mas requer um reconhecimento mais explícito e um compromisso mais firme caso deseje estabelecer uma Pax Americana que possa proporcionar ao mundo os mesmos benefícios que a Pax Britânica garantiu na última metade do século XIX⁸.

Trata-se de um compromisso que o presidente Bush parece disposto a assumir, apesar de sua declaração, numa conferência proferida na Academia Militar de West Point, segundo a qual “a América não tem um império a estabelecer nem uma utopia a implantar”. O 11 de setembro, escreveu ele num artigo de opinião para o *New York Times*, quando do aniversário da tragédia, tornou claro o papel dos Estados Unidos no mundo e ensejou grandes oportunidades. “Empregaremos toda a nossa posição de força e de influência sem precedentes para construir uma atmosfera de ordem e de abertura internacionais em que o progresso e a liberdade possam florescer em muitas nações. Um mundo pacífico de crescente liberdade atende aos interesses americanos de longo prazo, reflete os ideais americanos imorredouros e une os aliados da América... Buscamos uma paz justa”, escreveu ele, no momento mesmo em que se preparava para a guerra, “em que a repressão, o ressentimento e a pobreza sejam substituídos pela esperança da democracia, pelo desenvolvimento, pelos livres mercados e pelo livre comércio”, tendo estes últimos “provado sua capacidade de tirar da pobreza sociedades inteiras”. Os Estados Unidos, afirmou, “vão promover a moderação, a tolerância e as exigências não-negociáveis da dignidade humana — o Estado de direito, os limites ao poder do Estado e o respeito às mulheres, à propriedade privada, à livre expressão e à igualdade perante a lei”. Hoje, concluiu, “a humanidade tem nas mãos a oportunidade de oferecer o triunfo da liberdade sobre todos os seus inimigos seculares. Os Estados Unidos recebem de bom grado sua responsabilidade pela liderança dessa grandiosa missão”. Essa mesma linguagem se fez presente no Prólogo do documento da National Defense Strategy [Estratégia de Defesa Nacional] publicado logo depois⁹. Talvez isso não equiva-

8. Muitas dessas citações estão convenientemente reunidas in B. BOWDEN, “Reinventing Imperialism in the Wake of September 11”, *Alternatives: Turkish Journal of International Relations*, —, verão de 2002. Isto pode ser encontrado no endereço <<http://alternatives.journal.fatih.edu.tr/Bowden.htm>>.

9. G. W. BUSH, “Securing Freedom’s Triumph”, *New York Times*, 11 de setembro de 2002, 133. *The National Security Strategy of the United States of America* pode ser encontrado no endereço <www.whitehouse.gov/nsc/nss>. Ignatieff (“The Burden”) dá início à sua formulação, à página 22, com uma discussão do discurso feito por Bush na Academia de West Point.

lha a uma declaração formal de império, mas sem dúvida sugere intenções imperiais.

Têm havido muitos tipos diferentes de império (romano, otomano, chinês imperial, russo, soviético, austro-húngaro, napoleônico, britânico, francês etc.). A partir desse heterogêneo grupo, podemos concluir com facilidade que há considerável espaço de manobra quanto ao modo de conceber, administrar e implantar ativamente o império. Concepções distintas, e por vezes rivais, de império podem até ser instauradas no mesmo espaço. A China Imperial passou por uma fase expansionista de exploração oceânica, e súbita e misteriosamente fechou-se sobre si mesma. O imperialismo norte-americano, a partir da Segunda Guerra Mundial, passou espasmodicamente, em meio a instabilidades, de uma concepção vaga (porque sempre deixada sem discussão) do império a outra. Se o jovem Bush trai certo ímpeto napoleônico ao pretender marchar sobre Bagdá e talvez, depois, sobre Teerã (que é, como parecem pensar alguns dos “falcões” do governo, o lugar onde devem de fato estar “os homens de verdade”), a abordagem de Clinton (significativamente tida por “efeminada” pelo governo Bush) lembrava mais a do Império Otomano em seu auge. Altamente centralizado no âmbito do Tesouro Norte-Americano, em que Rubin e mais tarde Summers eram figuras de proa, o poder suave era preferido ao poder duro, e o resto do mundo era tratado com considerável tolerância multicultural. A política era realizada em termos antes multilaterais do que unilaterais. A construção do poder imperial norte-americano sob Roosevelt, Truman e Eisenhower, e chegando a Nixon, por outro lado, espelhava bem mais a abordagem do Estado-cliente subordinado dos soviéticos do que qualquer outra coisa, estando a diferença no fato de o Japão, ao contrário da Hungria e da Polônia, ter tido a permissão para desenvolver sua própria economia desde que atendesse política e militarmente aos desejos dos Estados Unidos. O império americano real foi concretizado, sugere Ignatieff, não num ataque de inconsciência (como os britânicos gostavam de alegar), mas num estado de negação: não se deveria chamar as ações imperiais dos Estados Unidos por esse nome, nem se permitia que tivessem ramificações quanto à situação doméstica. Foi isso que produziu um “império leve” [*empire lite*] e não um império de compromisso sólido e de longo prazo¹⁰.

Há muitas pessoas que são parte do que se poderia chamar de “esquerda tradicional” que sustentam ser os Estados Unidos um poder impe-

10. M. W. DOYLE (*Empires*, Ithaca, NY, Cornell University Press, 1986) oferece um interessante estudo comparado de impérios. Para o caso dos Estados Unidos, ver também W. A. WILLIAMS, *Empire as a Way of Life*, New York, Oxford University Press, 1980.

rial há pelo menos um século. Análises bem completas do imperialismo americano estavam disponíveis nos anos 1960, tendo como foco particular o papel dos Estados Unidos na América Latina e no Sudeste Asiático. Havia disputas substantivas entre os então recém-formados teóricos da dependência (como [André Gunder] Frank) e aqueles mais inclinados a acreditar piamente em Hobson, R. Hilferding, Lenin, Rosa Luxemburgo e outros teóricos da virada do século. E Mao por certo considerava o imperialismo norte-americano a contradição primária que devia enfrentar. Mas a publicação em 2000 de *Império*, de Michael Hardt e Antonio Negri, bem como a controvérsia que o cercou contestaram os debates tradicionais e sugeriram que a oposição de esquerda tinha de ser repensada com relação a uma configuração descentrada do império que exibia muitas qualidades novas, de cunho pós-moderno. Embora criticassem essa linha de argumentação, muitos outros membros da esquerda começaram a reconhecer que as forças da globalização (como quer que possam ser concebidas) estavam criando uma situação inédita que exigia um novo quadro de análise¹¹. O reconhecimento declarado do império e do imperialismo pelos direitistas e pelos liberais foi portanto uma bem-vinda admissão daquilo que havia muito vinha ocorrendo, mas também indicou que o imperialismo poderia estar assumindo então um ar diferente. O efeito disso tem sido transformar questões sobre o império e o imperialismo em assuntos abertos de debate por todo o espectro político (foi digno de nota que a obra de Hardt e Negri tenha obtido a atenção da corrente principal dos meios de comunicação). Mas isso evoca como corolário uma questão adicional: se há algo de novo em tudo isso, o que será?

Abordo essa questão em primeira instância submetendo a exame eventos contemporâneos. Os Estados Unidos, com o apoio da Inglaterra, da Espanha e da Austrália, e com a aprovação de vários outros Estados, empreenderam ações de guerra contra o Iraque. Mas o fizeram em meio a uma forte oposição da parte de vários aliados tradicionais, sendo mais notáveis os casos da França e da Alemanha, assim como de oponentes de

11. O tema do “novo imperialismo” foi abordado no campo da esquerda em L. PANITCH, “The New Imperial State”, *New Left Review*, 11/1, 2000, 5-20; ver também P. GOWAN, L. PANITCH, M. SHAW, “The State, Globalization and the New Imperialism: A Round Table Discussion”, *Historical Materialism*, 9, 2001, 3-38. Outros comentários interessantes são J. PETRAS, H. VELTMEYER, *Globalization Unmasked: Imperialism in the 21st Century*, London, Zed Books, 2001; R. WENT, “Globalization in the Perspective of Imperialism”, *Science and Society*, 2002-3, 473-497; S. AMIN, “Imperialism and Globalization”, *Monthly Review*, junho de 2001, 1-10; e M. HARDT, A. NEGRI, *Empire*, Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press, 2000.

longa data, com destaque para a Rússia e a China. Houve mobilizações populares ao redor do mundo contra a guerra, e há uma sensação de espanto da parte de muitos quanto aos motivos de o governo Bush ter se fixado em semelhante curso de ação. Os dados sugerem que há algo profundo agindo aí. É porém difícil perceber o que é. Faz-se necessário escavar esses significados mais profundos de sob uma incrível massa de retórica enganosa e desinformação.

História de dois produtores de petróleo

O golpe que derrubou o presidente venezuelano Hugo Chávez em abril de 2002 foi recebido com euforia em Washington. O novo presidente — um homem de negócios — foi instantaneamente reconhecido, e exprimiu-se a esperança de que voltassem ao país a ordem e a estabilidade, criando assim a base para um sólido desenvolvimento futuro. O *New York Times* trouxe editoriais com idêntica linguagem. Mas a maioria das pessoas da América Latina viu imediatamente a mão da CIA e lembrou daquilo que os chilenos hoje chamam ironicamente de “nosso pequeno 11 de setembro”, de 1973, quando o socialista democraticamente eleito Salvador Allende foi derrubado num brutal golpe pelo general Augusto Pinochet. No arquivo do Departamento de Estado relativo a esse evento há um telegrama da CIA que diz: “É uma política firme e contínua para fazer que Allende seja derrubado por um golpe... Devemos continuar a gerar o máximo de pressões com vistas a esse fim fazendo uso de todo recurso apropriado. É imperativo que essas ações sejam levadas a efeito clandestina e seguramente para que o governo dos Estados Unidos e a mão americana fiquem bem escondidos”¹². Não é difícil imaginar telegramas de teor semelhante, relativos à Venezuela, adornando a página de Internet do Departamento de Estado em alguma data futura.

O golpe foi revertido três dias depois, e Chávez voltou ao poder. O Departamento de Estado negou com toda gravidade todo e qualquer conhecimento prévio de qualquer coisa que cercasse o assunto, dizendo que tudo fora uma questão doméstica. Seus porta-vozes disseram ser de esperar que se chegasse a uma solução pacífica, democrática e constitucional para as dificuldades. O editorial do *New York Times* não se fez esperar, tendo apenas acrescentado que talvez não fosse uma boa idéia

12. Citado em C. JOHNSON, *Blowback: The Costs and Consequences of American Empire*, New York, Henry Holt, 2000, 18.

acolher de modo tão imediato a derrubada de um regime democraticamente eleito, por mais desagradável que seja, se um dos valores fundamentais da América é o apoio à democracia.

O paralelo com o Iraque, casualmente outro membro-chave da OPEP, é instrutivo. Os Estados Unidos afirmam ter interesse em estabelecer ali a democracia. Claro que antes o país derrubou o iraniano Mossadegh, democraticamente eleito em 1953, tendo instalado no trono o ditatorial xá do Irã. Assim, é de presumir que somente governos democraticamente eleitos de certo tipo serão tolerados. Mas, nesse caso, declarar o desejo de democratizar o Iraque e toda a região em que ele se encontra foi uma alegação entre muitas explicações com frequência conflitantes dadas para o motivo da importância de estar preparado para ir à guerra. A maioria das pessoas, mesmo os partidários, ficaram perplexas e confusas diante das racionalizações. Tornou-se difícil penetrar o amontoado de desinformações e os argumentos em perpétua mudança. Um esforço inicial de vincular o Iraque aos ataques com antraz aos Estados Unidos foi um fragoroso fracasso. Embora o Iraque tenha um tenebroso histórico de uso de armas biológicas e químicas, a maioria dos casos ocorreu quando os Estados Unidos apoiavam o Iraque contra o Irã, e o Departamento de Estado induziu deliberadamente o mundo a pensar que ambos os lados recorriam a esses abomináveis métodos quando sabia muito bem que o único transgressor era o Iraque¹³. O histórico igualmente tenebroso quanto aos direitos humanos merece consideração, mas isso dificilmente faz sentido como político quando o governo dos Estados Unidos fornecem assistência militar à Argélia — um país que compete com o Iraque em termos de agressivas violações dos direitos humanos com vistas a suprimir sua oposição de tendência islâmica (estima-se que as mortes nos últimos oito anos alcançaram 120 mil). William Burns, secretário de Estado assistente dos Estados Unidos para assuntos do Oriente Médio, chegou a ponto de dizer que “temos muito a aprender com os argelinos quando se trata de controlar o terror”¹⁴. Isso pode explicar por que a questão de quando se pode justificar a tortura se tornou de súbito objeto de debate público nos Estados Unidos (tendo vindo a ocupar um lugar proeminente, mais uma vez pelas mãos do *New York Times*).

Há ainda o problema das armas de destruição em massa. É difícil saber de que o Iraque dispõe de fato, mas sua capacidade militar sofreu tamanha

degradação durante a Guerra do Golfo e depois dela que avaliações da própria CIA consideraram que o país não representava uma real ameaça à paz da região. Isso levou a parecer tolas afirmações de que o Iraque era uma ameaça aos Estados Unidos (o presidente Bush chegou bizarramente a ponto de afirmar que um ataque iraniano do país provocaria grandes prejuízos à economia norte-americana). A CIA concluiu que Saddam usaria armas biológicas e químicas, caso as tivesse, apenas se fosse provocado. Tornou-se assim duplamente difícil explicar por que os Estados Unidos pareciam tão determinados a provocá-lo. O mais provável é que o Iraque estivesse tentando desenvolver energia nuclear, mas o mesmo aconteceu com muitos outros países, tendo a Coreia do Norte declarado abertamente que o fazia. Os inspetores de armas, quando finalmente foram admitidos, não puderam provar coisa alguma. Seja como for, o objetivo original era a mudança de regime, e o desarmamento só veio a ter destaque como razão para invocar a autoridade da Organização das Nações Unidas, dado que a Carta da ONU não permite ataques preventivos. E se tudo isso tivesse fracassado, então Saddam teria de ir embora por ser mentiroso (um atributo que se aplica a tantos políticos que seu uso logo se tornou uma piada), impiedoso (mas Sharon também é), imprudente (o que não ficou provado) ou uma encarnação do mal que devia ser combatida como se a guerra no Oriente Médio fosse um episódio de algum drama moral medieval em cena havia muito tempo (com Saddam no papel de Mordor e George Bush como o bravo Fodor, acompanhado por Blair como seu fiel Sam)¹⁵. No final, fez-se que tudo soasse como se os Estados Unidos e a Inglaterra tivessem se comprometido com alguma missão moral elevada de libertar o povo iraquiano a qualquer custo e implantar o “esclarecimento” de estilo americano no Oriente Médio.

Em todos esses episódios era difícil evitar a impressão de que algo muito importante estava sendo ocultado sob toda uma série de cortinas de fumaça. De início, parecia plausível que houvesse informações secretas que podiam ser reveladas, mas toda vez que se tentava revelar alguma coisa do arquivo secreto a revelação parecia trivial, de fácil refutação ou, no caso das revelações britânicas plagiadas sem crédito de uma tese de doutorado escrita havia cinco anos (parte da qual já fora publicada na revista *Foreign Affairs*), objeto de uma pesquisa tão tortuosa que era difícil ser levada a sério. Vazamentos da comunidade de inteligência dos Estados Unidos sugeriam que alguns de seus membros estavam descontentes com a maneira como suas informações estavam sendo manipuladas pelo

13. J. HILTERMAN, “Halabja: America Didn’t Seem to Mind Poison Gas”, *International Herald Tribune*, 17 de janeiro de 2003, 8.

14. Relatado em R. FISK, “The Case Against War: A Conflict Driven by the Self-Interest of America”, *Independent*, 15 de fevereiro de 2003, 20.

15. Personagens da saga *O Senhor dos Anéis*, de Tolkien. (N.T.)

governo. Não admira que a média da opinião pública mundial, apesar de uma imprensa belicosa (todos os 175 jornais de propriedade de Murdoch em todo o mundo, dirigidos por redatores-chefe supostamente escolhidos por sua independência, proclamaram unanimemente que a guerra era uma boa coisa, o mesmo ocorrendo com vários outros órgãos de propriedade de magnatas dos meios de comunicação) e de constantes declarações apocalípticas feitas por políticos, permaneceu profundamente cética com relação à guerra, se não totalmente oposta a ela.

E o que de fato estava acontecendo? As razões alegadas nada têm de convincente; elas simplesmente não conseguem compor uma causa capaz de nos mover. Quais poderiam ser então as razões não alegadas? E neste ponto temos de encarar o fato de que essas razões podem não ser entendidas nem mesmo pelos principais atores do drama ou, se o são, o fato de que estão sendo ativamente suprimidas ou negadas.

A dialética interna da sociedade civil norte-americana

Pouco antes das eleições alemãs de 2002, a ministra da Justiça da Alemanha causou furor ao sugerir que o aventureirismo do governo Bush no exterior se destinava a distrair a atenção de suas dificuldades domésticas. O erro da ministra foi acrescentar que essa também fora uma das táticas de Hitler — e isso lhe custou o cargo. O efeito disso, por infelicidade, foi enterrar toda discussão séria da primeira parte de sua proposição.

Há de fato uma longa história de governos com problemas internos que buscam livrar-se de suas dificuldades seja por meio de aventuras externas, seja pela fabricação de ameaças externas com vistas a consolidar solidariedades internas. Essa idéia merece séria consideração no caso, pois a condição interna dos Estados Unidos durante 2002 estava em muitos aspectos mais perigosa do que o fora durante anos. A recessão iniciada no começo de 2001 (e que se acentuou devido ao choque de 11 de setembro) não cedia. O desemprego crescia e era palpável a sensação de insegurança econômica. Os escândalos corporativos se sucediam em cascata e impérios empresariais aparentemente sólidos se dissolviam literalmente da noite para o dia. Erros contábeis (bem como a corrupção pura e simples), bem como brechas na regulamentação estavam desmoralizando Wall Street, e as ações e outros ativos estavam despencando. Os fundos de pensão perderam entre um quarto e um terço de seu valor (quando não evaporaram de vez, como ocorreu com os fundos dos empregados da Enron), e as perspectivas de aposentadoria da classe média sofreram um rude golpe. A

assistência médica estava em profunda crise, os superávits dos governos federal, estaduais e locais estavam se evaporando com rapidez e os déficits começaram a aumentar sem cessar. O saldo comercial das operações com o resto do mundo ia de mal a pior, tendo os Estados Unidos se tornado a maior nação devedora de todos os tempos. A desigualdade social vinha aumentando havia muito, mas o fetiche do corte de impostos pelo governo parecia voltado claramente para acentuá-la. As proteções ambientais estavam sendo ignoradas, havendo uma profunda relutância em voltar a impor um arcabouço regulatório aos mercados mesmo diante de provas claras do fracasso destes. Para completar, o presidente fora eleito por uma votação de cinco a quatro da Suprema Corte em vez de pelo povo. Às vésperas do 11 de setembro, sua legitimidade era questionada por ao menos metade da população. A única coisa capaz de evitar a aniquilação política dos republicanos era a intensa solidariedade — que beirava o retorno do nacionalismo — criada ao redor dos eventos dessa data e o terror do antraz (que curiosamente ainda não foi resolvido e se viu amplamente esquecido, exceto como uma amostra do tipo de coisa que Saddam estaria bem disposto a infligir). Enquanto o Afeganistão se submeteu rapidamente ao poder norte-americano e (para os americanos) sem derramamento de sangue, Osama não foi encontrado “vivo ou morto” e a guerra ao terrorismo não estava rendendo muito em termos de resultados espetaculares. Que melhor momento, pois, para mudar o foco para o Iraque, na qualidade de um dos principais pilares de um “eixo do mal” que os membros “falcônicos” do governo Bush desejavam atacar militarmente desde o final inconclusivo da Guerra do Golfo? O fato de a tática diversionista ter funcionado, pelo menos a curto prazo, é hoje parte da história. O público norte-americano aceitou quase majoritariamente a idéia de que haveria algum tipo de ligação entre a Al Qaeda e o regime de Saddam e de que este último era de qualquer modo um inimigo suficientemente perigoso e maléfico para justificar uma ação militar que o removesse. E, entretanto, os republicanos puderam consolidar o poder político por meio das eleições para o Congresso, e o presidente pôde dissipar a nuvem de ilegitimidade que pairara sobre sua eleição.

Mas pode haver aqui em ação algo bem mais profundo que transforma o que parece um rasteiro oportunismo político numa força política irresistível e duradoura no âmbito da história geopolítica dos Estados Unidos. Em primeiro lugar, o temor do poder iraquiano e de um movimento pan-árabe potencialmente perturbador assombrava havia um longo tempo sucessivos governos norte-americanos. Colin Powell formulara planos de contingência militar para lidar com o Iraque antes da primeira

Guerra do Golfo. Paul Wolfowitz, que se tornou o secretário de Defesa adjunto de Bush, defendera explicitamente a mudança de regime no Iraque já em 1992, tendo-o proclamado aos quatro ventos por toda a década de 1990. A mudança de regime veio a ser uma política aceita do governo Clinton. Um grupo neoconservador reunido sob a rubrica do Project for the New American Century [Projeto para o Novo Século Americano] em 1997 insistiu nisso como um objetivo-chave e instou que fosse realizado militarmente. O grupo incluía Rumsfeld, Wolfowitz, Armitage, Perle e vários outros que iriam formar o núcleo da equipe de defesa e de política externa de Bush. Geoestrategicamente, portanto, o Iraque estava havia muito tempo na mira desse grupo. Mas seus membros reconheceram num relatório de 1999 que seria necessário “um evento catastrófico e catalisador, como um novo Pearl Harbor”, para tornar aceitável internacional e domesticamente um ataque militar. O 11 de setembro lhes proporcionava a oportunidade, desde que eles pudessem vincular Saddam e a Al Qaeda¹⁶. Estando a maioria da opinião pública americana indiferente e desinformada com respeito a quase tudo o que se refira à geografia, foi bem fácil transformar a caça aos terroristas numa campanha de perseguição e remoção de Saddam. O resto do mundo não tinha tanta convicção disso.

Há mais uma dimensão dessa dinâmica interna que requer compreensão. Os Estados Unidos são uma sociedade imigrante extraordinariamente multicultural movida por um inflexível individualismo competitivo que revoluciona de modo perpétuo a vida social, econômica e política. Essas forças tornam a democracia cronicamente instável, difícil, se não impossível, de controlar, exceto por meio da corrupção do poder financeiro. Há momentos em que todo o país parece subordinado a ponto de ser ingovernável. Hannah Arendt captura o que é exatamente semelhante sociedade civil:

Como o poder é essencialmente apenas um meio para um fim, uma comunidade que só se baseie nele tem de decair na calma situação da ordem e da estabilidade; sua segurança absoluta revela estar assentada na areia. Só adquirindo mais poder pode ela garantir a situação vigente; só ampliando constantemente sua autoridade e apenas por meio do processo de acumulação do poder pode ela permanecer estável. A Comunidade de Hobbes é uma estrutura vacilante, tendo sempre de proporcionar a si mesma novos esteios vindos de fora; do contrário, ela iria rever-

ter da noite para o dia ao caos sem meta e sem sentido dos interesses privados de que adveio... A possibilidade sempre presente da guerra assegura à Comunidade uma perspectiva de permanência, ao tornar possível que o Estado aumente seu poder a expensas de outros Estados¹⁷.

A Guerra Fria chegara ao fim e a ameaça de russos com neve nas botas atravessando o Canadá já não tinha credibilidade. Na década de 1990, não havia um inimigo inequívoco, e a economia doméstica em expansão deveria ter garantido um nível sem precedentes de contentamento e satisfação para todos exceto os elementos mais desprivilegiados e marginalizados da sociedade civil. Não obstante, como Arendt poderia ter previsto, os anos 1990 vieram a ser uma das décadas mais desagradáveis da história norte-americana. A competição era viciosa, os líderes da “nova economia” tornaram-se milionários da noite para o dia e ostentavam sua opulência, os golpes eletrônicos e esquemas fraudulentos proliferavam, escândalos (reais e imaginários) eram recebidos em toda parte com prazer, circulavam rumores viciosos sobre assassinatos tramados na Casa Branca, houve uma tentativa de aplicar o *impeachment* ao presidente, os animadores de programas de entrevistas Howard Stern e Rush Limbaugh tipificavam meios de comunicação totalmente descontrolados, houve distúrbios em Los Angeles, as tragédias de Waco e Oklahoma¹⁸ simbolizaram uma inclinação à violência e à oposição interna que por muito tempo permanecera latente, adolescentes atiraram em colegas e os mataram em Columbine, a exuberância irracional prevaleceu sobre o bom senso e era flagrante a corrupção corporativa do processo político. Em suma, a sociedade civil estava longe de civil. A sociedade como um todo parecia estar se fragmentando e perdendo a coesão com alarmante rapidez. Ela parecia estar, como diria Arendt, no processo de reverter da noite para o dia ao caos sem meta e sem sentido dos interesses privados.

Parte do atrativo eleitoral de George Bush em 2000 foi, suspeito, a promessa de fornecer um diapasão determinado e moralmente firme a uma sociedade civil perto da total perda de controle. Todos os seus principais assessores vinham das fileiras de neoconservadores inclinados à ação estatal autoritária — como John Ashcroft, indicado como procurador-geral da República. O neoconservadorismo substituiu o neoliberalismo do tipo defendido por Clinton. Foi contudo, naturalmente, o 11

17. H. ARENDT, *Imperialism*, New York, Harcourt Brace Janovitch, ed. de 1968, 22.

18. A primeira, o massacre de membros do Ramo Davidiano por tropas do FBI (Federal Bureau of Investigation); a segunda, ataque ao edifício federal Murrah. (N.T.)

16. Relatório em R. FISK, “This Looming War isn’t about Chemical Warheads of Human Rights: It’s about Oil”, *Independent*, 18 de janeiro de 2003, 18. Ver também o endereço <www.nwamericancentury.org>.

de setembro que forneceu o ímpeto para romper os hábitos dissolutos dos anos 1990. Ele proporcionou a abertura política não só para afirmar um propósito nacional e proclamar uma solidariedade nacional como também para impor a ordem e a estabilidade à sociedade civil em casa. Foi o combate ao terrorismo, imediatamente seguido pela perspectiva da guerra com o Iraque, que permitiu ao Estado acumular mais poder. O envolvimento com o Iraque foi bem mais do que mera manobra diversionista das dificuldades domésticas — foi uma grande oportunidade de impor um novo sentido de ordem social em casa e de submeter a comunidade. As críticas foram silenciadas como atitude antipatriótica. O inimigo externo malévolo tornou-se a força primordial por meio da qual exorcizar ou domar os demônios que espreitavam no interior. Essa relação entre as condições internas e externas do poder político desempenhou um papel relevante, embora amplamente oculto, na dinâmica que alimentou o conflito com o Iraque. Teremos mais de uma ocasião para voltar a isso.

Tudo por causa do petróleo

Os oponentes da guerra com o Iraque descrevem com frequência o conflito como motivado todo por causa do petróleo. O governo norte-americano ou descarta de imediato essa alegação por absurda ou ignora por completo a questão. Não há dúvida de que o petróleo é crucial. Mas não é tão fácil determinar exatamente como e em que sentido o é.

Uma tese estreita da conspiração se apóia na idéia de que o governo em Washington não passa de uma máfia do petróleo que usurpou o âmbito público. Essa idéia se sustenta nos estreitos vínculos de Bush e [Dick] Cheney com interesses do campo do petróleo, associados a notícias de que a Halliburton, a companhia de petróleo do vice-presidente Cheney, poderá ganhar quase um bilhão de dólares em contratos de serviços relativos ao petróleo logo depois da guerra¹⁹. Embora nada disso os desagrade propriamente, não posso imaginar que o complexo político-militar como um todo ou os interesses corporativos em geral fossem aprovar uma guerra por essas razões. É claro que as companhias de petróleo norte-americanas e inglesas foram excluídas do Iraque e que empresas francesas, russas e chinesas foram favorecidas. A oposição à guerra como algo contrário ao

19. N. BANERJEE, "Energy Companies Weigh their Possible Future in Iraq", *New York Times*, 26 de outubro de 2002, C3.

desarmamento pacífico foi articulada mais vigorosamente pelos países que já tinham concessões. Se o desarmamento tivesse sido comprovado, as sanções da ONU teriam sido retiradas e as atuais concessionárias teriam sido beneficiadas. A mudança de regime por meio da guerra significa que quase certamente as concessões serão renegociadas. Mas o petróleo pertence ao Iraque, e as perspectivas das companhias de petróleo mesmo depois da mudança de regime não são necessariamente tão positivas. O único cenário que funcionaria seria o controle da companhia iraquiana de petróleo por alguma administração norte-americana do pós-guerra ou a instalação de alguma organização de fachada por essa administração — como um consórcio internacional em que os Estados Unidos, como ocorre no FMI [Fundo Monetário Internacional], tivessem poder de veto — para coordenar a extração e o uso do petróleo. Mas tudo seria muito difícil de negociar sem incitar fortes antagonismos tanto dentro do Iraque como entre potências capitalistas.

Há no entanto uma perspectiva ainda mais ampla a partir da qual entender a questão do petróleo. Ela pode ser apreendida na seguinte proposição: quem controlar o Oriente Médio controlará a torneira global do petróleo, e quem controlar a torneira global do petróleo poderá controlar a economia global, pelo menos no futuro próximo²⁰.

Em conseqüência, não deveríamos pensar só no Iraque, mas considerar a importância e a condição geopolítica do Oriente Médio como um todo em relação ao capitalismo global. E isso é afirmado na retórica oficial. O plano de mudança de regime do Iraque alega abertamente que a influência de um governo democrático e favorável aos Estados Unidos beneficiaria toda a região, e talvez até influenciasse mudanças de regime semelhantes em outros países (sendo o Irã e a Síria os alvos mais óbvios, seguidos de perto pela Arábia Saudita). Há inclusive membros do governo arrogantes o suficiente para pensar que uma conflagração geral na região proporcionaria a oportunidade de redesenhar todo o mapa do Oriente Médio (muito como ocorreu na antiga União Soviética e na Iugoslávia). Afinal, a formação de Estados na região ocorreu em larga medida como um efeito colateral do Acordo de Versailles depois da Primeira Guerra Mundial. Esse acordo, reconhece-se geralmente, traiu os interesses árabes e impôs uma configuração de Estados que refletia os interesses imperiais britânicos e franceses. Essa configuração poderia ser vista como anacrônica e ineficiente. Um acordo abrangente poderia atender a alguns

20. M. KLARE (*Resource Wars: The New Landscape of Global Conflict*, New York, Henry Holt, 2001) oferece um excelente panorama da geopolítica do petróleo.

interesses separatistas (por exemplo, *status* federal aos curdos no interior do Iraque, e talvez a divisão do Iraque num Estado xiita sulista com sede em Basra). O mais importante é que poderia permitir a resolução do conflito entre Israel e a Palestina por meio da formação de um Estado palestino mais amplo que incorporasse a Jordânia e quem sabe parte da Arábia Saudita. Há contra isso opiniões muito fortes na ONU de que a preservação da integridade territorial existente do Iraque tem de ser um objetivo primordial em todo acordo de pós-guerra, e com isso os Estados Unidos, ao menos nominalmente, concordaram.

Os Estados Unidos têm um interesse geopolítico bem antigo na região. Para todo o conceito de controle global elaborado durante a Segunda Guerra Mundial, era fundamental

o controle do Oriente Médio, considerado parte do antigo Império Britânico, e absolutamente essencial para o controle econômico, militar e político do globo — não sendo o motivo menos importante o fato de ser ele o repositório da maioria das reservas de petróleo comprovadas do mundo. Os Estados Unidos iniciaram então uma longa série de operações declaradas e encobertas na região durante a década de 1950, tendo a principal sido a derrubada em 1953 do governo iraniano democraticamente eleito de Mossadegh, que nacionalizara companhias de petróleo de propriedade estrangeira. O sucesso das iniciativas norte-americanas foi claro. Entre 1940 e 1967, empresas dos EUA aumentaram seu controle das reservas de petróleo do Oriente Médio de 10 por cento a algo próximo de 60 por cento, ao mesmo tempo em que as reservas sob controle britânico caíram de 72 por cento em 1940 para 30 por cento em 1967²¹.

No final da década de 1960, os ingleses encerraram toda presença militar a leste de Suez, deixando o comando exclusivo aos Estados Unidos, que preferiram usar seus Estados representantes, o Irã e a Arábia Saudita, para cuidar de seus proliferantes interesses na região. Recorreram ainda ao seu apoio particularmente forte e quase irrestrito a Israel para criar ali um sólido posto avançado de poder norte-americano por procuração. Mas primeiro o boicote do petróleo e em seguida a grande elevação dos preços, organizada em 1973 pela OPEP, a que se associou a queda do xá do Irã, em 1979, tornaram insustentável essa solução do domínio indireto por meio de distantes representantes. O presidente Carter enunciou a doutrina segundo a qual os Estados Unidos não permitiriam em nenhuma circunstância a interrupção do fluxo de petróleo do Golfo. Isso se traduzia no

21. The Editors, "U.S. Imperial Ambitions and Iraq", *Monthly Review*, 54/7, 2002, 1-13.

compromisso de manter aberto o estreito de Ormuz (porque os sistemas de transporte e distribuição têm tanta importância quanto os próprios campos de petróleo) e numa constante presença militar na região, a par da formação de uma Força de Deslocamento Rápido para tratar de eventuais emergências. Os Estados Unidos estimularam e apoiaram encobertamente a brutal e mortífera guerra que o Iraque moveu ao Irã, mas o crescente poder iraquiano incitou o planejamento (iniciado por Colin Powell) de um conflito com o Iraque muito antes de ocorrer a invasão do Kuwait. O motivo de o embaixador dos Estados Unidos no Iraque ter indicado que o país não reagiria militarmente a avanços iraquianos no Kuwait ainda é objeto de controvérsia — uma possível explicação seria uma cilada, em vez de uma incompreensão simples mas catastrófica.

A Guerra do Golfo, ainda que inconclusiva no tocante ao Iraque, promoveu uma presença militar norte-americana bem mais acentuada na região, algo que não se alterou em nada durante o governo Clinton. O patrulhamento anglo-americano das "zonas de exclusão aérea" envolvia um contínuo combate aéreo em pequeno grau e ataques com mísseis a instalações militares iraquianas. Joseph Nye, alto funcionário do governo Clinton e de modo geral defensor do "poder suave", afirmou categoricamente, não obstante, que os Estados Unidos não hesitariam em usar a força militar na região do Golfo e que, se necessário, o fariam unilateralmente, caso os interesses do país sofressem alguma espécie de ameaça²². Foi necessário um enorme aumento de forças norte-americanas em 1997-1998 para fazer que o primeiro grupo de inspetores de armas entrasse no Iraque para verificar o respeito aos termos do acordo de paz no tocante ao desarmamento do país. Os ataques com mísseis e o conflito militar se acentuaram. Para apoiar seus esforços, os Estados Unidos criaram o Conselho de Cooperação do Golfo, com a participação da Arábia Saudita, do Kuwait e de outros Estados, vendendo-lhes equipamento militar como forma de apoio às forças norte-americanas na região (ocorreu nos anos 1990 uma transferência líquida de 42 bilhões de dólares em armas — 23 bilhões somente para a Arábia Saudita). Forças dos Estados Unidos vinham sendo pré-posicionadas na região durante a década de 1990, e grandes depósitos de equipamento militar foram implantados no Kuwait, no Qatar e na Arábia Saudita, a fim de proporcionar aos Estados Unidos uma capacidade imediata de movimentação. Com o fim da Guerra Fria, o planejamento militar passou a se traduzir na capacidade de mover duas

22. J. NYE, *The Paradox of American Power: Why the World's Only Super-Power Cannot Go It Alone*, Oxford, Oxford University Press, 2003.

guerras regionais ao mesmo tempo, com o Iraque e a Coréia de Norte escolhidos como exercício. Ao final dos anos 1990, mais de 20 mil membros das forças militares foram distribuídos na região, a um custo anual de 4 a 5 bilhões de dólares.

Faço uma breve revisão dessa história aqui para fazer duas afirmações essenciais. Em primeiro lugar, tem havido desde 1945 uma contínua escalada do envolvimento dos Estados Unidos na região, marcado por uma importante ruptura depois de 1980, dado o fato de esse envolvimento ter passado a depender cada vez mais da presença militar direta. Em segundo, o conflito com o Iraque é de longa data, e o planejamento de algum tipo de desfecho militar está em ação mesmo antes de ter começado a última Guerra do Golfo. A única diferença entre os anos Clinton e agora é que a máscara caiu e a belicosidade tomou o lugar de certa reticência, em parte porque a atmosfera pós-11 de setembro no interior dos Estados Unidos torna mais aceitável politicamente a ação militar aberta e unilateral. Em termos geopolíticos e de longo prazo, algum confronto com o Iraque se afigurava inevitável, a não ser que ele se tornasse um Estado-cliente dos Estados Unidos, como o é a Arábia Saudita. Mas por que ímpeto geopolítico? Mais uma vez, a resposta tem toda relação com o petróleo.

Em todo momento dado, a condição das reservas mundiais de petróleo é mera conjectura. As companhias petrolíferas são notoriamente reticentes para dizer o que sabem e de vez em quando enganam deliberadamente. As estimativas de reservas costumam exibir variações demasiado amplas. Porém, a maioria dos cálculos sugere que as taxas de exploração das reservas vêm excedendo a taxa de descoberta desde mais ou menos 1980. O petróleo vem se tornando aos poucos cada vez mais escasso. Sabemos que muitos campos estão longe de seu auge de produção e que daqui a mais ou menos uma década muitos dos atuais campos estarão esgotados. Isso se aplica à produção doméstica dos Estados Unidos, do mar do Norte, do Canadá, da Rússia e (o que é mais inauspicioso) da China. Embora outros campos petrolíferos tenham vida mais longa, os únicos que deverão durar cinquenta ou mais anos são os do Iraque, do Irã, da Arábia Saudita, dos Emirados Árabes Unidos e do Kuwait. Apesar de novas descobertas poderem alterar essa situação, a maioria dos pensadores estratégicos tem de enfrentar a crescente importância do Oriente Médio como o principal fornecedor de petróleo a longo prazo. Do lado da demanda, vemos que os Estados Unidos dependem cada vez mais de importações, que os centros dinâmicos de crescimento econômico do Leste da Ásia e do Sudeste Asiático estão praticamente privados de reservas importantes de petróleo (com a demanda atual da China em escalada a

uma taxa fenomenal) e que a Europa (exceção feita à Grã-Bretanha e à Noruega) também está em total dependência do petróleo importado. Estão sendo exploradas alternativas ao petróleo, mas são poucas as probabilidades de que elas venham a ser adversários de monta (dadas as barreiras levantadas pela empresas de petróleo e outros interesses escusos) nas próximas décadas. O acesso ao petróleo do Oriente Médio é portanto uma questão de segurança crucial para os Estados Unidos, bem como para a economia global como um todo.

Isso traz de imediato o problema da motivação dos Estados Unidos para buscar um controle militar e estratégico mais vigoroso, se necessário de maneira unilateral. Thomas Friedman alega, por exemplo, que “nada há de ilegítimo ou imoral no fato de os Estados Unidos se preocuparem com a possibilidade de um ditador malévolo e megalomaniaco adquirir excessiva influência sobre o recurso natural que é a mola mestra da base industrial do mundo”. Temos contudo de ser cuidadosos para transmitir à opinião pública — e tranquilizar mais uma vez o mundo — que a intenção é “proteger o direito mundial à sobrevivência econômica” em vez de nosso direito a defender nossos hábitos infantis, que os Estados Unidos estão “agindo em benefício do planeta, e não apenas para alimentar os excessos americanos... Se ocuparmos o Iraque e simplesmente instalarmos um autocrata mais simpático aos Estados Unidos para dirigir o posto de gasolina iraquiano (como é o caso em outros Estados árabes que têm petróleo), esta guerra, movida em parte por causa do petróleo, seria imoral”²³. Em suma, estão os Estados Unidos exercendo a liderança e procurando regular o uso do petróleo do Oriente Médio no interesse de todos mediante o consentimento? Ou buscam eles o domínio a fim de atender a seus próprios interesses estratégicos mais restritos? Friedman deseja crer na primeira hipótese. Mas e se a verdadeira for a segunda?

Caso tenham sucesso na promoção da derrubada de Chávez e de Saddam, se puderem estabilizar ou reformar um regime saudita armado até os dentes que hoje se baseia na profunda instabilidade do governo autoritário (e correndo o perigo iminente de cair nas mãos do islamismo radicalizado), se eles conseguirem passar (como parece que é provável que venham a querer) do Iraque ao Irã e consolidar uma presença militar estratégica nas repúblicas asiáticas centrais e, desse modo, dominar as reservas petrolíferas da Bacia do mar Cáspio, os Estados Unidos poderão, mediante o firme controle da torneira global do petróleo, alimentar a

23. T. FRIEDMAN, “A War for Oil?”, *New York Times*, 5 de janeiro de 2003, Week in Review section, 11.

esperança de manter o controle efetivo da economia global nos próximos cinquenta anos. A Europa e o Japão, bem como as partes leste e sudeste da Ásia (incluindo hoje, o que é crucial, a China), dependem de modo vital do petróleo do Golfo, e são essas configurações regionais de poder político-econômico que representam em nossos dias um desafio à hegemonia global dos Estados Unidos nos mundos da produção e das finanças. Que melhor forma de os Estados Unidos evitarem essa competição e garantirem sua posição hegemônica do que controlar o preço, as condições e a distribuição do recurso econômico decisivo de que dependem esses competidores? E que modo melhor de fazê-lo do que usar a linha de força em que os Estados Unidos ainda permanecem todo-poderosos — o poder militar? Há igualmente um aspecto militar envolvido nessa discussão: os militares são movidos a petróleo. A Coreia do Norte pode dispor de uma sofisticada força aérea, mas não a pode usar muito por falta de combustível. Não apenas os Estados Unidos precisam garantir seus próprios suprimentos militares como todo futuro conflito com, por exemplo, a China, seria marcado pelo desequilíbrio que os Estados Unidos causariam se pudessem interromper o fluxo de petróleo de seu oponente. Mas essas linhas de argumentação só fazem sentido se os Estados Unidos tiverem motivos para crer que sua posição dominante no capitalismo global esteja de algum modo ameaçada. É antes para a dimensão econômica do que para a dimensão militar dessa questão que me volto no capítulo 2 desta investigação.

2

Como o poder norte-americano se expandiu

Imperialismo é uma palavra que sai facilmente da boca. Mas tem sentidos tão diferentes que seu uso é difícil sem que dele se dê uma explicação como termo antes analítico que polêmico. Defino aqui a variedade especial dele chamada “imperialismo capitalista” como uma fusão contraditória entre “a política do Estado e do império” (o imperialismo como projeto distintivamente político da parte de atores cujo poder se baseia no domínio de um território e numa capacidade de mobilizar os recursos naturais e humanos desse território para fins políticos, econômicos e militares) e “os processos moleculares de acumulação do capital no espaço e no tempo” (o imperialismo como um processo político-econômico difuso no espaço e no tempo no qual o domínio e o uso do capital assumem a primazia). Com a primeira expressão desejo acentuar as estratégias políticas, diplomáticas e militares invocadas e usadas por um Estado (ou por algum conjunto de Estados que funcionam como bloco de poder político) em sua luta para afirmar seus interesses e realizar suas metas no mundo mais amplo. Com esta última expressão, concentro-me nas maneiras pelas quais o fluxo do poder econômico atravessa e percorre um espaço contínuo, na direção de entidades territoriais (tais como Estados ou blocos regionais de poder) ou em afastamento delas mediante as práticas cotidianas da produção, da troca, do comércio, dos fluxos de capitais, das transferências monetárias, da migração do trabalho, da transfe-